

1 ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEIVAP, REALIZADA NO DIA VINTE E
2 TRÊS DE AGOSTO DE 2005, EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS. Aos vinte e três dias de
3 agosto de dois mil e cinco, foi realizada a 3ª Reunião Extraordinária do CEIVAP, de 2005, com a
4 seguinte ordem do dia: 1. Abertura: entrega ao CEIVAP do Estudo de Caso sobre a prática de
5 gestão integrada da bacia do rio Paraíba do Sul, patrocinado pela Caixa Econômica Federal, no
6 âmbito do Prêmio CAIXA Melhores Práticas conquistado pelo CEIVAP em 2003; 2. Aprovação
7 da Ata da reunião anterior (de 29/04/05); 3. Apresentação, pela Secretaria Executiva, da minuta
8 de ofício do CEIVAP ao IBAMA sobre a análise da UHE Itaocara (Light) pelos membros das
9 Câmaras Técnicas, para referendo do Plenário; 4. Apresentação do andamento do projeto de
10 controle de erosão de Barra Mansa-RJ e Ubá-MG; 5. Apreciação da proposta de Deliberação do
11 CEIVAP sobre a cobrança pelo uso das águas transpostas do rio Paraíba do Sul para a bacia do
12 Guandu; 6. Apreciação da proposta de Deliberação sobre a hierarquização dos projetos
13 habilitados para receberem recursos da cobrança pelo uso da água de 2005; 7. Assuntos gerais. A
14 mesa de abertura da reunião foi composta pelo presidente do CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de
15 Souza (prefeito de Jacareí-SP); pelo 1º vice-presidente, Sr. Manoel Otoni Neiva (CFLCL-MG);
16 pela 2ª vice-presidente, Sra. Vera Lúcia Teixeira (ong Nosso Vale! Nossa Vida – RJ); pela
17 secretária executiva, Sra. Maria Aparecida P. B. Vargas (CAT-LEO-MG); pelo presidente da
18 Agência Nacional de Águas, Sr. José Machado; pelo superintendente da Agência de Gestão
19 Ambiental de Juiz de Fora, Sr. Williams M. C. Lima (representando o prefeito de Juiz de Fora);
20 pelo superintendente do Escritório de Negócios do Sul Fluminense da Caixa Econômica Federal,
21 Sr. Rogério Miranda; pelo coordenador de Recursos Hídricos, da Secretaria de Estado de
22 Recursos Hídricos, Energia e Saneamento de São Paulo, Sr. Ruy Brasil; pela representante do
23 Instituto Mineiro de Gestão das Águas – MG, Sra. Heloíse Brant; e pela diretora de recursos
24 hídricos da SERLA, Sra. Marilene Ramos. Na abertura da reunião foi feita a entrega, para a
25 diretoria do CEIVAP, do Estudo de Caso A gestão integrada dos recursos hídricos da bacia do
26 Paraíba do Sul - um relato da experiência do CEIVAP, trabalho patrocinado pela Caixa
27 Econômica Federal, no âmbito do Prêmio CAIXA Melhor Prática conquistado pelo CEIVAP em
28 2003, e elaborado pelos técnicos engenheira Rosa Formiga, engenheiro Cláudio Serricchio,
29 jornalista Virgínia Calaes e o biólogo Ângelo José Rodrigues Lima, todos eles consultores do
30 escritório do CEIVAP desde sua instalação em 1998 até 2004, com a colaboração do geólogo do
31 DAEE, Edilson de Paula Andrade, secretário executivo do CEIVAP por dois mandatos (de 1999 a
32 2003). Uma cópia do trabalho foi entregue a cada um dos integrantes da diretoria do CEIVAP
33 pelo superintendente do escritório de negócios da CAIXA no Sul Fluminense, Rogério Miranda.
34 Em seguida, Fernando Rabello, também representando o escritório de negócios da CAIXA no Sul
35 Fluminense, fez a entrega simbólica, ao presidente Marco Aurélio, do Certificado Melhor Prática
36 conferido ao CEIVAP pelas Nações Unidas por sua classificação entre as 40 melhores práticas do
37 mundo, para o desenvolvimento sustentável, concorrendo com outras 650 práticas,
38 internacionalmente. Após a fala do representante da CAIXA, a palavra foi passada para o
39 presidente da ANA, Sr. José Machado, participando pela primeira vez de uma reunião do
40 CEIVAP. Ele iniciou sua fala dizendo que a ANA, não só acompanha o desenvolvimento dos
41 trabalhos do CEIVAP, como também exerce uma constante e forte parceria com esse Comitê.
42 Destacou que na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul estão sendo implementados todos os
43 instrumentos de gestão que a nossa legislação preconiza e por isso a ANA, acompanha par-e-par
44 os avanços, as dificuldades e os desafios que permeiam a experiência coletiva do CEIVAP. O Sr.
45 José Machado declarou que a ANA tem todo interesse em colaborar para que essa experiência
46 seja exitosa e esse êxito possa se transmitir a outros projetos, outros desafios em todo o país. O
47 presidente da ANA declarou ainda que, na ANA, todos têm um carinho e um senso de
48 responsabilidade muito grande com o trabalho de CEIVAP e o seu braço executivo que é a
49 AGEVAP. Ele avaliou que a reunião realizada no Rio, no mês de maio, entre a ANA, o CEIVAP,
50 AGEVAP e os secretários de Meio Ambiente e Recursos Hídricos dos três estados da bacia, além
51 de representantes dos órgãos gestores desses estados, foi muito importante para tirar do estado de

52 letargia em que se encontrava o Convênio de Integração assinado entre a ANA, o CEIVAP e os
53 estados de SP, RJ e MG, em 2002. Ele avaliou que esse convênio é muito importante para
54 consolidar o processo de gestão integrada na bacia do Paraíba do Sul, pois a política que está se
55 implementando exige forte compartilhamento. O Sr. José Machado informou que vai ser criada, na
56 ANA, uma comissão permanente de acompanhamento do Convênio de Integração entre os
57 estados e do Contrato de Gestão ANA-AGEVAP, para que haja fluxo permanente de recurso para
58 o CEIVAP, de tal maneira que não haja nenhuma dificuldade para executar as suas deliberações e
59 a sociedade possa vislumbrar com transparência, que os recursos da cobrança estão voltando para
60 a bacia hidrográfica e que estão sendo aplicados em projetos definidos democraticamente no
61 âmbito do CEIVAP. Com relação à cobrança pelo uso da água, o presidente da ANA destacou
62 que, finalmente, o Comitê conseguiu garantir que os recursos oriundos da cobrança estejam em
63 uma rubrica do Orçamento Geral da União que não permite contingenciamento, assegurando,
64 assim, seu retorno integralmente para a bacia. Encerrando sua fala, o Sr. José Machado prestou
65 sua homenagem, publicamente, ao Sr. José Leomax dos Santos, que está se desligando da
66 diretoria da AGEVAP, destacando seu compromisso ético e o trabalho técnico que sempre
67 exerceu nas mais variadas instâncias e experiências, sobretudo na questão da gestão de águas.
68 Encerrando sua fala, o presidente da ANA disse ao presidente do CEIVAP que a Agência
69 Nacional de Águas está permanentemente à disposição; e enfatizou que a experiência do Comitê
70 da Bacia do Paraíba do Sul é fundamental para o Brasil, pois, dando certo aqui, vai dar certo em
71 todo o país. Em seguida, o Sr. Willians Martins, superintendente da AGENDA-JF, deu as boas-
72 vindas a todos, em nome do prefeito de Juiz de Fora, Carlos Alberto Bejani. O presidente Marco
73 Aurélio agradeceu à Caixa por conferir ao CEIVAP o Prêmio Caixa Melhores Práticas e destacou
74 que esse é um prêmio de todo o colegiado e, portanto, que todos se sintam parte integrante desse
75 prêmio. Agradeceu a presença do presidente da ANA e informou que o CODIVAP (Consórcio
76 das prefeituras do vale paulista) esteve reunido com o governador de São Paulo, Geraldo Alkimin
77 e, na oportunidade, pediu a ele que solicitasse urgência na votação do projeto de lei que tramita
78 na Assembléia Legislativa sobre a implantação da cobrança pelo uso da água nos rios estaduais.
79 Em seguida, o Sr. Marco Aurélio deu início aos trabalhos submetendo a ata da reunião anterior
80 (29/04/05) à aprovação do plenário, a qual foi aprovada sem voto contrário. Dando continuidade à
81 pauta, convidou a secretária executiva Sra. Maria Aparecida Vargas, para apresentar ao plenário a
82 minuta de ofício a ser encaminhado ao IBAMA com o parecer do CEIVAP sobre a UHE
83 Itaocara, empreendimento hidrelétrico da Light. Ela explicou que, para liberação da licença prévia
84 da UHE Itaocara, o IBAMA solicitou que o CEIVAP se pronunciasse sobre a interferência do
85 empreendimento na gestão dos recursos hídricos da bacia do Paraíba do Sul; o assunto foi
86 debatido em duas reuniões das Câmaras Técnicas do CEIVAP, as quais avaliaram que esse
87 empreendimento não tem interferência na política de gestão dos recursos hídricos da bacia,
88 inclusive constando como uma obra prevista no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba
89 do Sul, já aprovado pelo plenário do CEIVAP. A Sra. Maria Aparecida salientou que é preciso ter
90 cuidado para não confundir competências; o papel do CEIVAP, enquanto comitê da bacia, é
91 analisar a disponibilidade hídrica para esse empreendimento e se ele tem interferência nos outros
92 usos. O que diz respeito ao licenciamento ambiental e às condicionantes para o licenciamento
93 deve ser discutido pelo IBAMA - que é o órgão licenciador -, pelos órgãos gestores estaduais e
94 nas próprias audiências públicas. Aparecida leu o ofício, que deverá ser assinado pelo presidente
95 do CEIVAP, onde é informado ao IBAMA o resultado da análise procedida pelo CEIVAP sobre o
96 aproveitamento hidrelétrico Itaocara projetado para ser instalado no rio Paraíba do Sul. Com base
97 nas apresentações feitas por representantes da Itaocara nas reuniões das CTs e nos documentos
98 disponibilizados, concluiu-se que não foi evidenciado impedimento ao aproveitamento
99 hidrelétrico Itaocara, quanto à gestão integrada dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do
100 Sul. O empreendimento está previsto no Plano de Recursos Hídricos para a fase inicial da
101 cobrança pelo uso da água na bacia do Paraíba do Sul, aprovado pela deliberação CEIVAP nº
102 16/2002, não havendo, portanto, objeção à concessão da licença ambiental prévia. A Sra. Maria

103 Aparecida concluiu dizendo que o CEIVAP entende que os programas ambientais da UHE
104 Itaocara, de interesse específico da gestão integrada dos recursos hídricos, deverão ser novamente
105 submetidos ao Comitê quando da elaboração do projeto básico ambiental; em especial deverão ser
106 detalhados os estudos hidrológicos de saneamento para minimização dos impactos na fase do
107 enchimento do reservatório. Em seguida, passou a palavra ao presidente para encaminhar a
108 votação ao referendo do ofício. Antes da votação, abriu a palavra para os membros que quisessem
109 se manifestar sobre o mesmo. A Sra. Ninon Machado Lemes Franco (Instituto Ipanema) pediu
110 vistas do projeto, por não se sentir segura para aprovar o teor do ofício a ser encaminhado ao
111 IBAMA, devido a questionamentos que a sociedade civil faz às grandes barragens, por serem
112 altamente impactantes. A Sra. Ninon reclamou que não constasse cópia da minuta do ofício ao
113 IBAMA na pasta dos documentos relativos à pauta da reunião, distribuída para os membros. O
114 presidente Marco Aurélio acatou o pedido de vistas do projeto (procedimento que está previsto no
115 Regimento Interno do CEIVAP- art. 6º), ficando adiada, por isso, a votação da matéria para a
116 próxima reunião do CEIVAP; ele informou à representante do Instituto Ipanema que ela tem o
117 prazo de 15 dias para analisar o projeto. O representante do CREA-RJ, Sr. Adacto Ottoni,
118 também declarou-se contrário ao referendo, enquanto o CEIVAP não tiver garantia de que estão
119 planejadas medidas para minimização dos impactos ambientais da barragem. O Sr. Fernando
120 Lino, representante da Light, informou que o EIA-RIMA está pronto, e que já foram realizadas
121 duas audiências públicas; ele declarou que, se o CEIVAP deliberar que o empreendedor deve
122 entregar o EIA-RIMA à dra. Ninon Machado, do Instituto IPANEMA, será entregue, embora ele
123 considere isso um precedente. O representante da Light disse ainda que gostaria de ter um
124 posicionamento do Instituto Ipanema antes da próxima reunião das Câmaras Técnicas para que a
125 empresa possa preparar sua defesa, se for o caso, para ser apresentada nessa reunião; ele solicitou,
126 então, que a reunião das CTs seja marcada transcorridos os 15 dias de prazo regimental para
127 vistas do processo, a contar da data em que forem entregues os documentos solicitados à dra.
128 Ninon. O presidente Marco Aurélio encerrou as discussões sobre esse item da pauta, afirmando
129 que será disponibilizado o processo que resultou na redação da minuta de ofício ao IBAMA, para
130 o Instituto Ipanema que terá o prazo de 15 dias, a partir da entrega dos documentos, para emitir
131 seu parecer. Dando seqüência à reunião, chamou o representante da Prefeitura de Barra Mansa-
132 RJ, Sr. Pedro Magalhães, para fazer a apresentação do projeto de controle de erosão, que está
133 sendo implantado naquele município, com recursos da cobrança pelo uso da água, da ordem de
134 R\$ 1 milhão, somada à contrapartida de R\$ 200 mil da prefeitura de Barra Mansa. O projeto foi
135 elaborado pelo Laboratório de Hidrologia da COPPE/UFRJ, que identificou a erosão como um
136 dos maiores problemas da bacia do rio Barra Mansa, afluente do Paraíba do Sul, localizado no
137 Médio Paraíba. O Sr. Pedro informou que o objetivo do projeto é promover o controle da erosão e
138 fazer a gestão da bacia hidrográfica através do planejamento do uso do solo. Uma parte do
139 recurso vai para planejamento (17,3%); segunda parte, para o trabalho social que envolve
140 educação ambiental, mobilização local e mobilização regional; e a terceira parte são as
141 intervenções propriamente ditas, para o controle da erosão. Ele informou, ainda, que o projeto
142 visa a recuperação da bacia através de planejamento ambiental para a área rural; relatou que,
143 inicialmente, foi feito o levantamento das áreas com erosão para se ter o perfil da bacia; foi criado
144 um viveiro de mudas para reflorestamento das áreas erodidas. Na seqüência, foi apresentado o
145 projeto de controle de erosão do município de Ubá-MG, também elaborado pelo Laboratório de
146 Hidrologia da COPPE, pela engenheira florestal Cláudia Teixeira, e igualmente implementado
147 com recurso da cobrança (R\$ 1 milhão) somado à contrapartida de R\$ 200 mil da prefeitura de
148 Ubá. O representante da prefeitura de Ubá informou que o projeto foi estruturado em três partes: a
149 produção; a capacitação técnica do município, capacitando prioritariamente os professores da
150 rede municipal de ensino para que possam atuar como multiplicadores; e a parte da execução das
151 obras necessárias para o controle da erosão. Ele explanou que o projeto contempla
152 prioritariamente a zona urbana, onde foram demarcadas 19 áreas de controle de erosão, incluindo
153 também um projeto demonstrativo na área rural, onde 75% é constituída de pastagem degradada;

154 na sub-bacia de São Gonçalo foi feito projeto demonstrativo de cultura de frutas, com o plantio de
155 banana, manga, goiaba e maracujá, além do projeto silvo-pastoril e o reflorestamento ecológico,
156 nas áreas de nascentes e cabeceiras. Concluídas as apresentações, o presidente Marco Aurélio
157 passou ao item 5 da pauta: a proposta de deliberação sobre a cobrança das águas transpostas da
158 bacia do Paraíba para o Guandu, chamando o Sr. José Leomax dos Santos, diretor da AGEVAP,
159 para apresentar a minuta de deliberação a ser apreciada pelo plenário. Ele informou que a minuta
160 foi elaborada pelo grupo de trabalho da transposição, formado a partir da Deliberação CEIVAP
161 nº 43, de 15 de março de 2005, que estipula o prazo de seis meses para se definir os critérios de
162 cobrança pelo uso das águas transpostas. Considerando que o CEIVAP terá que rever todos os
163 critérios da cobrança em março de 2006, quando completam três anos da implantação da cobrança
164 (conforme está disposto na Deliberação CEIVAP nº 08/2002), o grupo de trabalho optou pela
165 proposta do que foi definido na lei da cobrança pelo uso da água do estado do Rio de Janeiro (Lei
166 4247/2003), que estipula o percentual de 15% de repasse para a bacia do Paraíba do Sul do que
167 for arrecadado na bacia do Guandu. O Sr. José Leomax lembrou que essa minuta de deliberação
168 já foi apresentada e aprovada pelas CTs na reunião de 28/06/05. O Sr. Luiz Cláudio Ferreira
169 Castro (CSN) propôs que se retire do corpo da deliberação a citação à Lei do estado do Rio que,
170 por ocasião de sua aprovação, foi questionada por todos, por ter sido feita sem consulta ao
171 CEIVAP, ao Comitê do Guandu e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - RJ – mesmo que
172 se mantenha o percentual de 15% de repasse para o CEIVAP da arrecadação do Guandu,
173 conforme dispõe a lei estadual da cobrança pelo uso da água. O representante da Companhia
174 Siderúrgica Nacional propôs, ainda, que, no Art. 2º, se substitua **estudo dos impactos e**
175 **benefícios da transposição**, por estudo **da metodologia da cobrança**, de forma que, quando
176 chegar o momento de se fazer a revisão dos critérios da cobrança, o CEIVAP já possa estar com
177 uma proposta de metodologia mais adequada. Em síntese, a proposta do Sr. Luiz Cláudio foi de
178 que a deliberação voltasse para o grupo de trabalho para aperfeiçoamentos, e retornasse para o
179 CEIVAP a fim de ser aprovada na próxima reunião plenária marcada para o mês de setembro. A
180 2ª vice-presidente do CEIVAP, Sra. Vera Lúcia Teixeira, manifestou sua concordância com a
181 proposta do representante da CSN, desde que não se retire do Art. 2º o que está disposto sobre a
182 elaboração de estudo dos impactos da transposição sobre os municípios à jusante, pois, segundo
183 ela, hoje o CEIVAP não possui esses dados, o que seria importante, pois no caso de
184 hierarquização de projetos para investimentos na bacia, no seu entender, os municípios
185 impactados pela transposição devem receber os recursos primeiro. O 1º vice-presidente do
186 CEIVAP, Sr. Manoel Otoni Neiva, defendeu que se mantenha o percentual de 15% de repasse da
187 cobrança da bacia do Guandu para a bacia do Paraíba do Sul, ainda que essa proposta não atenda
188 ao que se considera justo como pagamento pelo uso da água da transposição, argumentando que é
189 preciso começar a receber logo esse recurso que é o que está legalmente garantido para a bacia do
190 Paraíba do Sul, pela lei estadual da cobrança. O Sr. Luiz Cláudio sugeriu que se inclua na
191 deliberação da cobrança da transposição uma recomendação no sentido de que, na revisão do
192 Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul e no Plano da Bacia do Guandu, seja
193 contemplada a questão mencionada pela Sra. Leila. O Sr. Rui Brasil (SERHS-SP) defendeu a
194 proposta de que o grupo que vai rever o texto da deliberação seja composto, agora, só por
195 membros do CEIVAP (sem representantes do Guandu, como havia no grupo que elaborou a
196 minuta). A Sra. Marilene Ramos (SERLA-RJ) opinou que não existe forma de resolver a questão
197 da cobrança da transposição, que não seja compactuada entre CEIVAP, Comitê do Guandu e
198 Governo do Estado do Rio. A Sra. Vera Lúcia lembrou ao sr. Rui Brasil que a grande maioria das
199 pessoas integrantes do grupo de trabalho da cobrança da transposição é do CEIVAP. Ela
200 aproveitou para solicitar que seja substituído o representante do estado de São Paulo no referido
201 grupo de trabalho, Sr. Antônio Evangelista de Souza, já que o mesmo não compareceu a nenhuma
202 reunião do grupo. Quanto à aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança da transposição, o
203 Sr. Edilson de Paula Andrade (SERHS-SP) considera que deva ser decisão negociada, sendo
204 preciso ouvir o CEIVAP, o Comitê do Guandu e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos do

205 Rio de Janeiro e também de São Paulo, pois são os reservatórios de cabeceira, localizados no
206 estado de São Paulo, que garantem a água para a transposição. O Sr. Rogério Soares Bigio
207 (SRH/MMA) observou que, se a proposta fosse colocada em votação, seu voto seria contrário,
208 uma vez que ela apresentava diversas ilegalidades, como não mencionar o usuário que será
209 cobrado pelo uso da água; não estabelecer a cobrança por volume captado e sim por percentagem
210 de arrecadação de outra bacia; não garantir que a cobrança será feita pela ANA e que os recursos
211 serão repassados à AGEVAP; assim como não garantir ao CEIVAP a definição de aplicação dos
212 mesmos. Ressaltou que os princípios da Política de Recurso Hídricos e a Lei 9433/97 devem ser
213 preservados e apoiou o retorno da proposição ao Grupo de Trabalho e que fosse dado prazo para a
214 sugestão dos conselheiros. O Sr. Wilde Gontijo, representante da ANA, propôs que a deliberação
215 em questão defina, também, o destino que será dado aos 15% destinados ao CEIVAP. Ao término
216 do debate sobre a questão, o presidente Marco Aurélio colocou em votação duas propostas: que a
217 Deliberação da cobrança das águas transpostas seja apreciada e votada nessa reunião; ou que seja
218 reenviada para o Grupo de Trabalho para aperfeiçoamento, com prazo até dia 31 de agosto de
219 2005 para remessa de propostas ao GT, incorporando as propostas do representante da CSN-RJ e
220 do Sindicato Rural de Guaratinguetá-SP. Venceu a segunda proposta. Na sequência, o presidente
221 Marco Aurélio passou à análise da minuta da Deliberação sobre a aplicação dos recursos da
222 cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul, exercício de 2005. O coordenador de
223 gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur foi chamado para apresentar o orçamento da AGEVAP
224 para 2005. Ele explicou que a minuta da Deliberação a ser analisada define a aplicação da
225 arrecadação prevista em 2005, que é da ordem de R\$ 10 milhões, acrescida de resíduo da
226 arrecadação de 2004 ainda não aplicado, porque os municípios contemplados ainda estão
227 elaborando os respectivos projetos. Ele esclareceu, também, que as Câmaras Técnicas fizeram a
228 seleção e hierarquização dos projetos a serem implementados com o recurso previsto de R\$ 10
229 milhões, sendo que os proponentes irão recebendo o recurso à medida que for sendo repassado
230 pela ANA, respeitando a ordem de prioridade pré-definida pelas CTs e hoje submetida à
231 apreciação do plenário do CEIVAP. O Sr. Hendrik informou que o orçamento da AGEVAP, para
232 2005, é de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 1.650.000,00 para ação de gestão; R\$ 1.650.000,00 para ação
233 de planejamento e R\$ 4.950.000,00 para ações estruturais (já deduzido os 7,5% destinados, por
234 lei, à implantação e operação da Agência e 10% para ações não estruturais prioritárias para o
235 cumprimento das metas do contrato de gestão, conforme deliberado pelo CEIVAP). Ele relatou,
236 ainda, que, para ações estruturais, R\$ 3.200.000,00 já estão comprometidos com os municípios de
237 Guaratinguetá-SP e Carangola-MG, em projetos hierarquizados pelo CEIVAP em 2004. Então
238 restam R\$ 1.750.000 para ações estruturais, que serão destinados aos projetos inscritos na
239 chamada pública feita pela AGEVAP e pré-hierarquizados pelas CTs. Do recurso para ações de
240 gestão, R\$ 150.000,00 já estão reservados para implementação de Campanha de Conscientização
241 para o Uso Racional da Água na Bacia do Paraíba do Sul e o restante destinado aos projetos pré-
242 hierarquizados pelas CTs. Em ações de planejamento, os itens 1 e 2 foram hierarquizados pelo
243 CEIVAP em 2004 (elaboração e projeto executivo para esgotamento sanitário em Barra Mansa-
244 RJ e Paraibuna-SP); do item 3 em diante são os projetos habilitados pela AGEVAP e pré-
245 hierarquizados pelas CTs. Terminada a explanação do Sr. Hendrik, a Sra. Andréa Francomano
246 (AASJC-SP), coordenadora da Câmara Técnica Institucional, passou à leitura dos projetos de
247 ações de gestão pré-selecionados e colocados em ordem de prioridade. Ela informou que, para a
248 seleção, a primeira exigência era que o projeto estivesse de acordo com o Plano da Bacia, sendo
249 usados, também, os critérios definidos no Manual de Investimentos do CEIVAP 2005. Além
250 disso, as CTs definiram os seguintes outros critérios gerais para a seleção: que os recursos fossem
251 divididos paritariamente entre os três estados (SP, RJ, MG); que os proponentes dos projetos
252 estivessem adimplentes com a cobrança pelo uso da água e devidamente cadastrados no GESTIN-
253 ANA (Sistema de Gestão Integrada da Bacia do Paraíba do Sul); e, por fim, que os recursos
254 destinados às ações estruturais fossem destinados integralmente ao estado do Rio de Janeiro, que
255 não fora contemplado em 2004. A Sra. Andréa explicou, também, que, depois de selecionados os

256 projetos, a ordem de prioridade foi definida por sorteio. A coordenadora da Câmara Técnica
257 Educação Ambiental, Sra. Fátima Casarin (Consórcio BNG-2), explicou sobre os critérios
258 utilizados especificamente para a seleção dos projetos de gestão, onde procurou se distribuir os
259 recursos por áreas, para contemplar o máximo de regiões da bacia. O Sr. Rui Brasil questionou a
260 utilização de sorteio para fazer a hierarquização dos projetos; no seu entender o sorteio só pode
261 ser utilizado quando todos os critérios técnicos foram usados, atribuindo-se uma pontuação para
262 cada critério atendido e, no final, houver empate entre dois ou mais projetos. Ele propôs que, para
263 o próximo ano, sejam estabelecidos pré-requisitos e critérios bem definidos para o processo de
264 seleção e hierarquização de projetos. A Sra. Maria Aparecida esclareceu ao Sr. Rui Brasil que as
265 CTs utilizaram os critérios definidos no Manual de Investimentos do CEIVAP, além de terem
266 estabelecidos outros critérios complementares. Ela explicou que as CTs sentiram dificuldade de
267 definir critérios técnicos, porque este ano não houve revisão do Plano da Bacia e todos as ações
268 hierarquizadas pelo CEIVAP no Plano Inicial já foram contempladas; por isso foi necessário fazer
269 a chamada pública para inscrições de projetos, como única forma encontrada, naquele momento,
270 para aplicar os recursos da cobrança. O Sr. Adacto Benedicto Ottoni (CREA-RJ) enfatizou que o
271 Manual de Investimentos do CEIVAP precisava ser aperfeiçoado. Também o Sr. Paulo Valverde
272 (CESAMA-MG) reforçou a necessidade de melhorar o Manual de Investimentos, defendendo que
273 a priorização seja feita segundo os critérios pré-estabelecidos no Manual, atendendo ao que está
274 disposto no Plano da Bacia e no Contrato de Gestão AGEVAP - ANA. O Sr. Paulo Barcellos
275 (SMA-SP) pediu que constasse em ata a seguinte proposta da Secretaria de Estado de Meio
276 Ambiente de São Paulo, como medida cautelar: no sentido de buscar a racionalidade nos gastos
277 de recursos destinados a projetos, estudos e obras na bacia do rio Paraíba do Sul, considerando a
278 urgência de desenvolver uma matriz de decisão para aplicação na eleição, avaliação e
279 acompanhamento dos investimentos dos recursos na bacia, propõe a confecção desta matriz que
280 deverá atender ao plano diretor da bacia em consonância ao que está sendo desenvolvido pelo
281 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A Sra. Marilene Ramos propôs que não se aprovasse a
282 Deliberação da aplicação dos recursos nesta reunião e que a mesma voltasse para as CTs para
283 rever os critérios de seleção dos projetos. Diante da proposta da Sra. Marilene, o Sr. Flávio
284 Simões, coordenador técnico da AGEVAP, lembrou que a AGEVAP tem um contrato de gestão
285 com a ANA, com metas a serem cumpridas dentro de prazos fixados e a aplicação dos recursos
286 arrecadados com a cobrança é uma das metas. Continuando a análise da hierarquização, a Sra.
287 Andréa informou que as CTs hierarquizaram todos os 68 projetos habilitados pela AGEVAP, mas
288 os recursos serão distribuídos para os primeiros da lista até atingir o teto de R\$ 10 milhões da
289 arrecadação prevista. Em ações estruturais, os itens 1, 2 e 3 receberão recursos remanescentes da
290 arrecadação de 2004 (obras para os municípios de Guaratinguetá-SP e de Campos-RJ), os itens 4
291 e 5 receberão recursos de 2005, deliberado pelo CEIVAP, conforme explicação anterior do
292 coordenador de gestão da AGEVAP (para Carangola-MG e Guaratinguetá-SP); e as CTs
293 selecionaram os projetos de número 6 a 9 na lista da hierarquização (obras de esgotamento
294 sanitário em Volta Redonda e Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro). Em seguida, a
295 coordenadora da CT Institucional expôs a situação da prefeitura de Barra do Piraí-RJ, cujo projeto
296 foi hierarquizada, mas está inadimplente com a cobrança pelo uso da água; ela informou que as
297 CTs, em reunião realizada na véspera, decidiram manter Barra do Piraí entre os hierarquizados,
298 mas com a condição de que, quando for chamado para assinar o contrato para receber o recurso,
299 terá que comprovar que já regularizou sua situação junto à ANA. O Sr. Cláudio Amaral
300 (Florescer Floricultura e Fruticultura Amaral – MG) propôs que o projeto de Barra do Piraí fosse
301 mantido, mas alterando sua posição na ordem de prioridades, saindo do terceiro lugar e indo para
302 último lugar (12º) da relação dos projetos que serão contemplados com os cerca de R\$
303 1.500.000,00 destinados às ações de planejamento. O presidente Marco Aurélio colocou em
304 votação a Deliberação da aplicação dos recursos de 2005, como está, alterando-se apenas a
305 posição do projeto da prefeitura de Barra do Piraí, conforme proposta do Sr. Cláudio Amaral,
306 sendo aprovada com apenas três votos contrários e uma abstenção. Encerrada a pauta de

307 deliberações, o presidente do CEIVAP, Marco Aurélio de Souza, encerrou a reunião pedindo uma
308 salva de palmas para o Sr. José Leomax dos Santos que está deixando a diretoria da AGEVAP no
309 dia 30/08/05, e para seu substituto eleito pelo Conselho de Administração da AGEVAP, João
310 Jerônimo Monticeli. Em seguida, agradeceu o apoio da Prefeitura de Juiz de Fora, através da
311 Agência de Gestão Ambiental, da Belgo Mineira, da CESAMA e do Instituto Vianna Júnior. A
312 Sra. Maria Aparecida informou aos membros que, na reunião das CTs realizada na véspera, foram
313 criados dois grupos de trabalho: um para trazer os comitês das sub-bacias para tratar das oficinas
314 do Convênio de Integração; e outro para elaborar a proposta de criação do Grupo de
315 Acompanhamento do setor hidrelétrico. Informou também que o Sr. Edilson de Paula Andrade
316 (SERHS-SP) foi indicado para representar o estado de São Paulo no GT da cobrança pelo uso da
317 água da transposição, cuja próxima reunião foi marcada para o dia 2 de setembro, no Rio de
318 Janeiro. Ela comunicou que o grupo estaria aceitando contribuição para a revisão da minuta até
319 26/08/05. Após os informes, o presidente declarou encerrada a reunião, cuja ata foi lavrada por
320 mim, Virgínia Dias Calaes, que a secretariei, e assinada pelo presidente do CEIVAP, Marco
321 Aurélio de Souza, e pela secretária executiva Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas.

322
323
324
325
326 Marco Aurélio de Souza
327 **Presidente**

Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
Secretária Executiva

328
329
330 Resende, 23 de agosto de 2005
331
332

333 **RELAÇÃO DOS PRESENTES:** Rogério Soares Bigio (MMA/SRH), Vera Lúcia Leite Saboya
334 (SEINPE-RJ), Marilene Ramos representando por procuração Ícaro Moreno Júnior (SERLA-RJ),
335 Lincoln Botelho da Cunha (PM Volta Redonda – RJ), Guilherme Bittencourt Liao Eiras
336 representando, por procuração, Antônio Carlos Leite Franco (PM Pinheiral – RJ), Madalena Sofia
337 Oliveira (PM Barra do Piraí – RJ), Vera Lúcia Teixeira (ong Nosso Vale! Nossa Vida – RJ),
338 Roberto Lamego (ong Salveaserra – RJ), Ninon Machado Franco (Instituto Ipanema – RJ),
339 Carlos Alberto Zacarias (FUNDENOR – RJ), Marco Antônio Pinto Barbosa (Consórcio BNG-
340 2), Adacto Benedicto Ottoni (CREA-RJ), José Alfredo Charnaux Sertã (ABES-RJ), Paulo César
341 Moreno (Águas do Paraíba- RJ), Isabel Cristina da Silva (SAAE-Volta Redonda – RJ), Leila
342 Heizer (CEDAE-RJ), Renine César de Oliveira (SAAE Barra Mansa -RJ), Mauro Ribeiro Viegas
343 (FIRJAN-RJ), Maria Luiza Silva representando por procuração Carlos Eduardo Macedo
344 (ASSEMAE-RJ e SAAE Três Rios –RJ), Luís Cláudio Ferreira Castro (CSN-RJ), Roosevelt
345 Brasil (AMPAS-RJ), Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN-RJ), Fernando José Lino do
346 Nascimento (Light-RJ), Amaury Antônio Damiance (Cia. Elétrica Nova Friburgo-RJ), Sérgio
347 Dias Canella (Furnas-RJ), Rui Brasil Assis (SERHS-SP), Edilson de Paula Andrade (SERHS-SP),
348 Marcos Martinelli (SAA-SP), Lúcia Bastos Sena (SMA-SP), Marco Aurélio de Souza (PM
349 Jacareí-SP), Renan Caratti Alves representando Marcílio Pereira Campos Filho e Davi Monteiro
350 Lino (PM Santa Branca – SP e ABES-SP, respectivamente), Andréa Francomano (AASJC-SP) e
351 representando, por procuração, Antônio Evangelista de Souza e Maria Regina Aquino Silva
352 (SINTAEMNA-SP e FVE-SP, respectivamente), Cândido Menconi (Cervejarias Kaiser – SP),
353 Hamilton Zanola (Votorantin-SP), Mario Leonel L. Regazzini (EMBRAER-SP), José Bosco F. de
354 Castro (SABESP-SP), José Tadeu França Guimarães (Sindicato Rural de Guaratinguetá-SP), João
355 Alberto Cardoso de Oliveira (CESP-SP), Renan Caratti Alves (SAAE-Jacareí-SP), Ana Lúcia
356 Bahia (FEAM-MG), Heloíse Brant representando, por procuração, Paulo Teodoro de Carvalho
357 (IGAM-MG), Joaquim Arildo Borges (SAPA-MG), Willians M. C. Lima (PM Juiz de Fora-MG),

358 João ... (**assinatura ilegível**) representando Dirceu dos Santos Ribeiro (PM Ubá-MG), Luís
359 Fernando Ribeiro (PM Dona Euzébia – MG), Humberto Ferreira de Oliveira (Consórcio do Rio
360 Pomba-MG/RJ), Antônio José Rodrigues Caldas (Consórcio do Muriaé – MG/RJ), Lúcia Helena
361 Baldanza (UNIPAC-MG) e representando, por procuração, Felício Brum Lugão (Coletivos
362 Muriaense e Associação Comercial de Muriaé – MG), Galba Rodrigues Ferraz (OAB-
363 Cataguases-MG), Theodoro Guerra (AMAJF-MG), Wagner Soares Costa (FIEMG-MG),
364 Guilherme Fernandes de Assis representando, por procuração, Carlos Alexandre de Miranda
365 (Belgo Mineira – MG), João Paulo Goullart (DEMSUR-Muriaé-MG), Décio Luiz Alvim Cancela
366 (DAE Carngola – MG), Ricardo S. Pinto Silva representando, por procuração, Marcelo Mello do
367 Amaral (CESAMA Juiz de Fora – MG), Manoel Otoni Neiva (CFLCL-MG), Valéria Almeida L.
368 de Faria (CEMIG-MG), Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (CAT-LEO- MG),
369
370 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Maria Regina de Aquino (FVE-UNIVAP-SP).
371